

No mês de outubro deste ano, precisamente no dia quatro de outubro, teremos no Brasil um grande processo eleitoral, com eleições para escolher Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital. Segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral brasileiro[1], 158.745.463 eleitores e eleitoras poderão comparecer às urnas para escolher os novos representantes políticos.

Mas a novidade é que, após 94 anos da conquista do voto feminino no Brasil, o número de mulheres aptas a votar nas eleições de 2026 se tornou maioria, cresceu 1,83% em relação ao pleito de 2022. Serão 83,8 milhões de mulheres votantes, o que representa 52,8% do total de eleitores. Porém, nas últimas eleições, menos de 20% dos políticos eleitos foram mulheres.



Fonte: Poder 360[2]

O gráfico acima ilustra uma movimentação humana capaz de decidir a eleição brasileira, pois mais da metade do eleitorado está nas mãos das mulheres.

Mas o que as mulheres querem?

Antes de listar algumas das reivindicações femininas é preciso citar, mesmo que rapidamente, os maiores desafios na vida das mulheres no Brasil.

Em primeiro lugar, infelizmente, o alto número de feminicídios no Brasil assusta. Entende-se por feminicídio o “assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, envolvendo violência doméstica, menosprezo ou discriminação de gênero. No Brasil, é crime hediondo com pena de reclusão de 20 a 40 anos” (Lei nº 13.104/2015 — atualizada pela Lei nº 14.994/2024).

O último levantamento realizado pelo Ministério da Justiça no Brasil, aponta que em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 5 horas e 25 minutos no primeiro trimestre de 2026. Se considerarmos o ano de 2025, ainda segundo o mesmo relatório, foram 1.470 casos de feminicídio. É sem dúvida algo alarmante.

Um segundo desafio na vida das mulheres brasileiras está relacionado a condição financeira feminina. Segundo os últimos dados divulgados em pesquisa realizada pela FGV[3], a maioria dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. Com base nos dados do IBGE[4], mais de 41 milhões de domicílios têm mulheres como principais provedoras.

A análise da FGV, conduzida por Janaína Feijó, mostra o retrato atual dessa mulher. De cada cem lares brasileiros, 52 são chefiados por mulheres. A pesquisa aponta que essas mulheres são, em sua maioria, autodeclaradas pretas ou pardas, com ensino médio ou superior incompleto, e a maioria reside nas grandes metrópoles do Sudeste. Muitas já acessaram a universidade, embora nem sempre tenham concluído. (Portal G1 — 03/08/2025)[5]

Mas o salário destas mulheres ainda configura um escândalo social. De acordo com os últimos dados do Relatório de Transparência Salarial do Ministério do Trabalho e Emprego, as mulheres ganham em média 21,3% menos que os homens no setor privado. A remuneração média mensal das mulheres é de R\$ 3.965,94, enquanto a dos homens chega a R\$ 5.039,68[6]. A combinação destes dois fatores financeiros resulta em dívidas diversas. O último Mapa da Inadimplência da Serasa[7] mostra que mais de 40 milhões de mulheres estão inadimplentes no Brasil, representando 50,51% do total de devedores no país. Pela primeira vez, o público feminino ultrapassou o masculino (49,49%) nesse cenário, impulsionado pela renda insuficiente e pelo protagonismo na gestão do orçamento familiar.

O terceiro desafio feminino brasileiro é sem dúvida a presença de mulheres na política, que apesar das garantias legais conquistadas ainda é tímida se comparada a outros países. O Brasil ocupa a posição 139ª no ranking internacional sobre mulheres no parlamento, considerando um total de 184 países.

A Constituição Federal também determina que os partidos devem destinar, no mínimo, 30% dos recursos de campanha e do tempo de rádio e TV às mulheres. Além de estabelecer o piso de financiamento, a norma prevê que a distribuição do dinheiro e do tempo deve respeitar a proporção de candidatas. Isso significa que se o partido lançar 50% de mulheres na disputa, metade do dinheiro de campanha e do tempo de rádio e TV devem ser destinados a elas. (Ministério Público Federal — MPF)[8]



Pioneira, Celina Guimarães Viana (em pé, à esquerda) foi a primeira mulher a votar no Brasil, no Rio Grande do Norte, cinco anos do direito ser assegurado em todo o país — Foto: Arquivo / Agência O Globo[9]

Infelizmente as candidaturas femininas no Brasil ainda são vítimas de preconceito, desvio de verbas e até violência de gênero. Apesar da fiscalização cada vez mais acirrada do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ainda nos deparamos com escândalos de registros de candidaturas femininas apenas para cumprir o percentual mínimo de 30% de mulheres exigido pela legislação.

Os entraves são inúmeros. Apenas para ilustrar e tentar dar a dimensão da questão, podemos citar o caso da reivindicação por banheiros femininos no interior das casas legislativas brasileiras. Pasmem, o primeiro banheiro feminino dentro do plenário do Senado Federal foi inaugurado no início de 2016 (há cerca de 10 anos), 55 anos após a inauguração do prédio do Congresso Nacional em Brasília. Na Câmara dos Deputados, o sanitário feminino no plenário foi construído antes, em 1987.

A conquista se deu graças à reivindicação das senadoras, que questionavam há anos o tratamento desigual. Até dezembro de 2015, o banheiro das parlamentares era o do restaurante anexo ao Plenário, disponível desde 1979, quando foi eleita a primeira senadora Eunice Michilis. (Fonte: Senado Federal)[10]

Reconheço que beira certo estranhamento afirmar que, após 94 anos, estamos apenas no começo de uma jornada política feminina no Brasil, mas é a realidade. Os últimos resultados das urnas teimam em nos mostrar que, apesar de sermos a maioria do voto brasileiro, elegemos poucas mulheres.

Não há registros ainda de pesquisas conclusivas sobre o voto feminino depositado em mulheres, talvez seja consequência do número reduzido de candidatas ou da preferência por candidatos masculinos. O fato é que, conscientes da maioria votante, precisamos acordar para a presença política, seja como candidata, como eleitora ou como eleita, mas sempre como cidadã.

A pergunta continua...

Uma pesquisa realizada em 2025 intitulada *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*[11], realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Sesc São Paulo, revelou que 71% das mulheres brasileiras acreditam que as decisões políticas afetam diretamente suas vidas diárias, porém a mesma pesquisa constatou que apenas 8% das

mulheres dizem participar ou já terem participado de grupos, associações ou coletivos voltados a questões sociais que afetam suas vidas. Já 11% disseram participar de comícios, passeatas ou manifestações públicas.

É fato que as mulheres ainda são consideradas as “guardiãs” dos lares brasileiros, acumulando funções externas e internas. Com a chegada das redes sociais, o acesso ao mundo político ficou mais fácil para estas mulheres, possibilitando a expansão do espaço privado para o espaço público. Por vezes, sem precisar se afastar da casa, local da tarefa doméstica e da socialização das crianças, é possível participar do debate público. Mas entrar para o mundo político exige mais.

Queremos e precisamos de um olhar desprovido de preconceito, livre de misoginia, acolhedor e amoroso, onde os direitos sejam respeitados, ouvidos e lançados ao debate público de forma honesta e respeitosa. A diversidade de ideias, de visões de mundo e a coragem nunca foram problemas para as mulheres e não configurarão problema algum para o mundo político. Aliás, delas, das mulheres, talvez tenhamos a solução, para a corrupção que assola nosso país, para a violência que insiste em nos aterrorizar diariamente, para o descaso com a vida humana em detrimento do enriquecimento abrupto e sem escrúpulos.

Agora que somos a maioria dos eleitores brasileiros temos o dever de escolher com mais cuidado aquele ou aquela que respeite nossa agenda de necessidades, que saiba ouvir e que demonstre, com seu histórico de vida e não apenas com discursos, o respeito ao caminhar feminino.

A hora é agora!

[1]
<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Julho/mais-de-158-milhoes-de-eleitores-est-ao-aptos-votar-nas-eleicoes-2026> — Acesso em 04/08/2026.

[2]
<https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/mulheres-avancam-mais-e-sao-528-do-eleitorado-em-2026-diz-tse/> — Acesso em 04/08/2026.

[3] FGV — Fundação Getúlio Vargas — <https://portal.fgv.br/>

[4] IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — <https://www.ibge.gov.br/>

[5] Disponível em:

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2025/08/03/maioria-dos-lares-brasileiros-e-chefiada-por-mulheres-revela-pesquisa.ghtml> — Acesso em 05/08/2026.

[6] Disponível em:

<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2026/04/27/desigualdade-salarial-mulheres.ghtml> — Acesso em 05/08/2025.

[7] Disponível em:

<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/> — Acesso em 06/08/2026.

[8] Disponível em:

<https://www.mpf.mp.br/o-mpf/unidades/procuradoria-geral-da-republica-pgr/noticias/eleicoes-2026-quais-sao-as-novas-regras-para-aumentar-a-participacao-de-mulheres-na-politica> — Acesso em 05/08/2026.

[9] Mais registros em: https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11051 — Acesso em 06/08/2026.

[10] Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario> — Acesso em 05/08/2026.

[11] Disponível em: <https://www.encurtador.dev/redirecionamento/sl1nk.com/SXzWH> — Acesso em 06/08/2026.